

INCIDÊNCIA DE USO DE RECOMENDAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ATUAÇÃO DA BUROCRACIA FEDERAL¹

Natália Massaco Koga²

Bruno Gontyjo do Couto³

Pedro Lucas de Moura Palotti⁴

1 INTRODUÇÃO

A literatura sobre participação social levanta diferentes dimensões da contribuição do processo participativo na produção das políticas públicas. Seja como método de diálogo para a produção de acordos operacionalizáveis (Habermas, 2002), seja como meio para explicitação de conflitos e reconhecimento de identidades dentro do exercício democrático pluralista (Fischer e Gottweis, 2013; Mouffe, 2010), ou, ainda, como recurso informacional e cognitivo para lidar com os limites da racionalidade instrumental no processo decisório (Landemore, 2012; Pallett, 2020; Fonseca *et al.*, 2022), sustenta-se que as experiências de interação participativa entre Estado e sociedade precisam ser investigadas, especialmente em um momento de intenso questionamento sobre seu papel e de ataques às institucionalidades participativas constituídas nas últimas décadas (Fonseca *et al.*, 2021; Fonseca *et al.*, 2022; Neves, 2022; Barros, 2022).

Este artigo busca fornecer novos elementos empíricos a este debate, examinando dados acerca do uso das recomendações de instâncias participativas (IPs) pelos burocratas federais da administração direta em seus trabalhos no processo de produção de políticas. Os trabalhos empíricos no campo da participação social dedicaram-se inicialmente a analisar as condições, as expectativas e os resultados da interação Estado-sociedade na perspectiva dos cidadãos e da sociedade civil (Oliveira, 2005; Silva, 2009). Trabalhos mais recentes passaram a produzir análises sobre efeitos e condições de atuação das interfaces socioestatais também do ponto de vista dos burocratas e das organizações públicas (Pires e Vaz, 2012; Avelino, Alencar e Costa, 2017).

É nesta seara que o artigo se coloca. Com o intuito de explorar a influência informacional das recomendações das IPs na atuação dos burocratas federais, foram analisados dados de um *survey* com servidores que permitiram comparar o uso das recomendações de IPs com outras fontes informacionais, assim como produzir uma radiografia sintética do perfil dos burocratas que fazem uso com maior frequência desse tipo de fonte. Com isso, pretende-se identificar, ainda que preliminarmente, quem são os servidores federais da administração direta (isto é, dos ministérios) que utilizam recomendações da participação social, e levantar hipóteses sobre possíveis motivos para tal uso.

O *survey* em questão foi aplicado, no período de 24 de outubro de 2019 a 9 de dezembro 2019, a uma amostra aleatória de 18.165 indivíduos do universo de quase 100 mil servidores civis da administração direta – ou seja, servidores estáveis e ocupantes de cargos em comissão nos ministérios. Foram respondidos 2.180 questionários, o que representou cerca de 12% da amostra original.⁵

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi32art1>

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: <natalia.koga@ipea.gov.br>.

3. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diest/Ipea. *E-mail*: <bruno.gontyjo@ipea.gov.br>.

4. Especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício na Diest/Ipea. *E-mail*: <pedro.palotti@ipea.gov.br>.

5. Detalhes sobre o instrumento e a metodologia aplicados podem ser encontrados em Koga *et al.* (2020).

Um esclarecimento merece ser feito sobre o perfil dos respondentes. Tendo em vista que, no serviço federal brasileiro, não é possível fazer uma distinção clara entre aqueles servidores que atuam exclusivamente na produção das políticas dos que não atuam,⁶ partiu-se da compreensão da literatura sobre *policy work* (trabalho na política pública) de que tal atividade pode ser executada por diversos profissionais, concomitantemente a outras atividades, e em diferentes etapas da política pública (Colebatch, 2006). Desta forma, esta pesquisa – vale ressaltar, de caráter exploratório – optou por aplicar o *survey* a toda a amostra de servidores nos ministérios.

Após esta introdução, o artigo aborda o conhecimento existente acerca das fontes informacionais da burocracia federal. Em seguida, detalha-se o perfil dos burocratas que se valem de recomendações de participação social, distinguindo-os por área e tipo de atuação funcional, experiência profissional anterior e interação com organizações da sociedade civil. Por fim, sintetizam-se os achados e aponta-se uma agenda futura de pesquisa.

2 O QUE SABEMOS SOBRE COMO OS BUROCRATAS FEDERAIS SE INFORMAM?

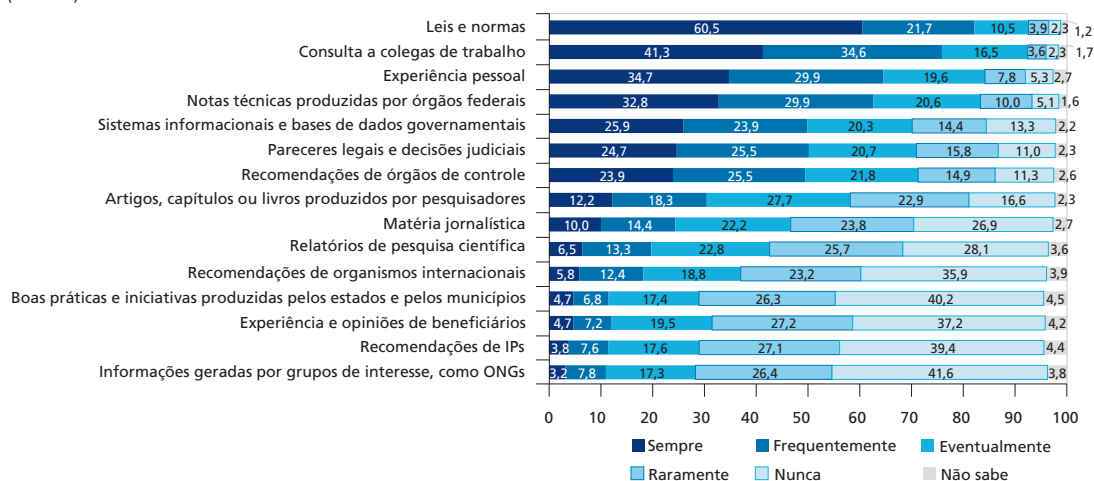
Em mais de uma oportunidade, as pesquisas feitas com o mesmo universo de servidores federais demonstraram que as fontes informacionais produzidas pela sociedade, seja por grupos de interesse e organizações não governamentais, seja por instâncias participativas, como conselhos de políticas públicas e conferências, ou mesmo pelos próprios beneficiários das políticas, estão entre as menos diretamente utilizadas no dia a dia dos servidores dos ministérios (Enap, 2019; Koga *et al.*, 2020).

Como apresentado no gráfico 1, esses resultados também são destacados nesta pesquisa. Ao serem questionados sobre a frequência com que utilizaram, para o seu trabalho, nos últimos doze meses, os tipos de informação listados pelo *survey*, os burocratas dos ministérios demonstraram preferência pelas fontes produzidas pelo próprio aparato estatal, em detrimento das recomendações da participação social.

GRÁFICO 1

Tipos de informação utilizada no trabalho com políticas públicas (2019)

(Em %)



Fonte: Koga *et al.* (2020).

Obs.: ONGs – organizações não governamentais.

6. Em alguns países, há a formação e a profissão de analista de política pública (*policy adviser*, *policy analyst* etc.). Em que pese a existência de carreiras no serviço federal com terminologia análoga, elas não têm uma atuação exclusiva na análise de políticas públicas (Vaitsman, Ribeiro e Lobato, 2013).

Embora diversas interpretações possam ser sugeridas para explicar essa escala de preferência, o presente estudo busca explorar a outra faceta deste achado, ou seja, o uso efetivo de recomendações das IPs. Argumentamos que a análise do perfil dos burocratas que utilizam essas fontes com alta frequência nos permitirá levantar hipóteses acerca de eventuais indutores do uso informativo da participação social.

Quanto ao tipo de uso dado a essas fontes informacionais, a literatura especializada destaca diversas possibilidades, que vão desde o *instrumental* – para a resolução de problemas públicos específicos – passando pelo uso *conceitual* – de compreensão de um contexto de possível intervenção – até o uso *político* – de escolha de uma determinada fonte para subsidiar uma decisão já previamente tomada (Weiss, 2014; Amara, Ouimet e Landry, 2004). A questão submetida aos respondentes neste *survey* não fazia diferenciação, permitindo ao respondente que apontasse as fontes como relevantes para qualquer tipo de uso. Para os fins exploratórios desta pesquisa, entendemos ser esta a melhor estratégia para captar qualquer tipo de influência das recomendações das IPs.

3 QUEM SÃO OS BUROCRATAS QUE UTILIZAM RECOMENDAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

Para identificar o perfil dos burocratas que se valem das recomendações das IPs em seu trabalho na política pública, foi feita a comparação das variáveis de perfil referentes a dois grupos de respondentes: o primeiro grupo inclui 249 servidores federais que informaram utilizar sempre ou frequentemente recomendações de IPs; no segundo grupo, estão 1.451 que as utilizam com baixa frequência (raramente) ou não utilizam tal fonte. Os servidores que afirmaram que as utilizam eventualmente (383) não foram considerados na comparação.

Para fins de apresentação dos dados, os dois grupos foram nomeados como *utilizam* e *não utilizam*, respectivamente.

TABELA 1
Frequência de utilização dos tipos de informação (2019)

Tipo de informação	Sempre		Frequentemente		Eventualmente		Raramente		Nunca		Não sabe	
	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Recomendações de instâncias participativas	3,8	83	7,6	166	17,6	383	27,1	591	39,4	860	4,4	97

Fonte: Koga *et al.* (2020).

Elaboração dos autores.

Obs.: N – números absolutos.

Na análise de cada variável, foi gerado o percentual de burocratas nas duas categorias – que utilizam e que não utilizam fontes de IPs. Esses dados serviram de base para a identificação dos casos de maior frequência de uso.

Duas dimensões do perfil dos burocratas que fazem uso elevado das recomendações das IPs demonstraram-se relevantes em relação a outros aspectos – como o perfil sociodemográfico ou educacional – na comparação com os burocratas que fazem pouco ou nenhum uso das recomendações. A primeira diz respeito às áreas de políticas públicas e aos tipos de trabalho (atuação funcional), enquanto a segunda aborda interações e experiências prévias com organizações da sociedade civil e IPs.

3.1 Área de política pública e tipo de trabalho

As tabelas 2 e 3 apresentam o percentual de burocratas que utilizam e não utilizam em seu trabalho recomendações das IPs, respectivamente por ministério e por carreira. Embora os resultados de algumas áreas – sinalizadas com a cor cinza – não devam ser considerados, em função do número pequeno de observações, verifica-se que há áreas e carreiras em que há um percentual mais expressivo (realçado em azul-escuro) ou superior à média (realçado em azul-claro) de servidores que fazem uso das recomendações das IPs.

TABELA 2
Índice de burocratas que utilizam recomendações *versus* burocratas que não utilizam, por ministério (2019)

	Utilizam (%)	Utilizam (N)	Não utilizam (%)	Não utilizam (N)
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	64	9	36	5
Ministério do Meio Ambiente	36	29	64	52
Ministério de Minas e Energia	29	13	71	32
Ministério da Cidadania	21	32	79	123
Secretaria de Governo da Presidência da República	20	1	80	4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	20	28	80	115
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19	15	81	62
Ministério da Educação	18	15	82	69
Ministério da Saúde	15	12	85	66
Ministério da Defesa	14	8	86	50
Casa Civil da Presidência da República	13	2	87	13
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	13	1	88	7
Ministério do Desenvolvimento Regional	12	9	88	64
Ministério da Infraestrutura	11	7	89	55
Controladoria-Geral da União	10	10	90	87
Ministério do Turismo	9	2	91	20
Ministério da Economia	8	35	92	388
Ministério das Relações Exteriores	8	7	92	81
Advocacia-Geral da União	7	1	93	13
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	9	93	120
Gabinete Pessoal do Presidente da República	0	0	100	3
Secretaria-Geral da Presidência da República	0	0	100	16

Elaboração dos autores.

Obs.: Percentual médio: 14% utilizam e 86% não utilizam.

Como apresentado na tabela 2, em relação aos ministérios, os casos de maior destaque encontram-se no Meio Ambiente e em Minas e Energia, seguidos pelos ministérios voltados à garantia e à concessão de direitos (Justiça e Segurança Pública) e políticas sociais (Cidadania, Educação e Saúde), além de Ciência e Tecnologia. Tomando como referência o histórico de criação de conselhos de políticas públicas e conferências públicas já mapeado pela literatura, é possível dizer que as áreas com maior frequência de uso de recomendações correspondem às áreas com maior incidência de IPs (Cruxên *et al.*, 2013; Avritzer, 2012).

O caso de Minas e Energia aponta para o funcionamento das audiências públicas, um formato particular de IP (Alencar e Ribeiro, 2014). Segundo levantamento realizado por Ipea (2012), este ministério destacava-se, em conjunto com o antigo Ministério de Transportes – pasta que atualmente faz parte do Ministério da Infraestrutura –, pela elevada ocorrência de audiências públicas, em sua maioria de caráter obrigatório, tanto para programas de apoio como para os finalísticos.

No caso das carreiras, a tabela 3, apresentada a seguir, utilizando a mesma referência de cores da tabela 2, demonstra que novamente as áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia, educação e política social encontram-se em destaque. Em que pese a já mencionada limitação dos dados, uma vez que não se pode dizer que há uma representatividade estatística das carreiras, vale considerar a presença dos cargos de analista de planejamento e orçamento (APO) e de técnico federal de finanças e controle (TFFC) nesta tabela.

TABELA 3
Índice de burocratas que utilizam recomendações de IPs versus burocratas que não as utilizam, por carreira¹ (2019)

Carreira	Utilizam (%)	Utilizam (N)	Não utilizam (%)	Não utilizam (N)
Cargos de nível intermediário do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	67	2	33	1
Analista ambiental	41	29	59	41
Analista em ciência e tecnologia	33	10	67	20
APO	26	5	74	14
Tecnologista da carreira de desenvolvimento tecnológico	26	12	74	35
Outros cargos técnicos – nível médio	25	7	75	21
Cargos de nível superior do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE)	25	6	75	18
Cargos de nível superior do Plano Especial de Cargos da Cultura	25	2	75	6
Economista	25	3	75	9
Arquiteto	25	1	75	3
TFFC	24	4	76	13
Analista técnico de políticas sociais	22	14	78	51
Técnico em assuntos educacionais	21	3	79	11
Analista de infraestrutura	18	6	82	27
Outros cargos de nível superior	18	10	82	46
Pesquisador da carreira de pesquisa em ciência e tecnologia	16	4	84	21
Técnico do Seguro Social	15	2	85	11

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Selecionaram-se as quinze carreiras com maior índice de utilização de recomendações oriundas de IPs.

Obs.: Percentual médio: 14% utilizam e 86% não utilizam.

No caso dos APOs, há que se relembrar o histórico das experiências dos processos de orçamento e Plano Plurianual (PPA) participativos nos quais burocratas dessa carreira tiveram atuação (Avelino e Santos, 2015). Tal dado levanta a hipótese das experiências participativas prévias como eventuais indutoras do uso de fontes informacionais da participação na atuação dos burocratas, como será discutido mais à frente.

Quanto à carreira dos TFFCs, os dados sugerem a abertura de um campo de exploração acerca do tipo de uso que burocratas do controle fazem das recomendações participativas, especialmente pelo fato de esses burocratas serem, por sua vez, produtores de um tipo de fonte informacional de uso expressivo e direto pela burocracia em geral – as próprias recomendações de órgãos de controle, como demonstrado no gráfico 1.

Outro aspecto do perfil dos burocratas que utilizam com maior frequência as fontes de IPs é o tipo de função e trabalho que executam dentro da política pública. Uma lista de catorze atividades foi apresentada aos respondentes e, entre elas, cinco atividades apresentaram maior incidência de resposta para o grupo que utiliza recomendações das IPs, com um acréscimo de 20% a 30% nas marcações *sempre e frequentemente*.

Desse modo, o grupo que utiliza recomendações de IPs realiza essas atividades com mais frequência do que o grupo que não as utiliza. São elas: i) consultar e atender grupos interessados da sociedade sobre questões que envolvam a política pública, com 30% de acréscimo; ii) representar seu órgão, negociar e pactuar ações e políticas junto a outros entes governamentais, com 30% de acréscimo; iii) organizar eventos, com 20% de acréscimo; iv) realizar assessoramento de dirigentes, com 20% de acréscimo; e v) coletar e analisar dados e informações relacionadas à política pública, com 20% de acréscimo.

Nota-se que são atividades correlacionadas a tipos de trabalhos de política pública (*policy work*) que podemos chamar de relacionais e analíticos. Estes resultados corroboram indicações de pesquisas prévias de que funções de perfil relacional têm maior propensão à utilização de informações produzidas por atores externos ao Estado, como as provenientes das instâncias participativas (Koga *et al.*, 2020). Entende-se que esta chave de análise do *trabalho na política pública* pode indicar lócus de maior propensão ou capacidade à interlocução entre a sociedade civil e a burocracia (Colebatch, Hoppe e Noordegraaf, 2010). Por exemplo, um burocrata que desempenhe função analítica, voltada a buscar subsídios informacionais para apoiar a tomada de decisão, seria um potencial canal para a chegada das deliberações e recomendações participativas.

3.2 Experiência prévia e relações com organizações da sociedade civil

Dois fatores que têm sido explorados pelos estudos sobre a interface socioestatal são as trajetórias e as experiências prévias dos burocratas, assim como as relações estabelecidas entre burocratas e organizações da sociedade civil enquanto possíveis indutores de permeabilidade e influência da sociedade civil organizada na produção de políticas (Abers e Keck, 2008; Abers, 2021). Os resultados do *survey* vão ao encontro desses achados.

Os dados da tabela 4 sugerem que burocratas com experiência profissional prévia em entidades sem fins lucrativos fazem mais uso das recomendações de IPs em seu trabalho.

TABELA 4
Índice de burocratas que utilizam recomendações de IPs versus burocratas que não as utilizam, por experiência profissional prévia em entidades sem fins lucrativos (2019)

Tempo de experiência	Utilizam (%)	Utilizam (N)	Não utilizam (%)	Não utilizam (N)
Entre 7 e 10 anos	64	7	36	4
Menos de 3 anos	30	32	70	75
Entre 5 e 7 anos	29	6	71	15
Entre 3 e 5 anos	19	5	81	21
Nunca trabalhou no ramo	11	94	89	746
Acima de 10 anos	5	1	95	21

Elaboração dos autores.

Obs.: Percentual médio: 14% utilizam e 86% não utilizam.

Os resultados da tabela 5, por sua vez, apontam uma maior utilização das recomendações de IPs entre os burocratas que interagem com maior frequência com organizações da sociedade civil e IPs.

TABELA 5
Índice de burocratas que utilizam recomendações de IPs versus burocratas que não as utilizam, por frequência de interação com organizações da sociedade civil e IPs (2019)

	Utilizam (%)	Utilizam (N)	Não utilizam (%)	Não utilizam (N)
Sempre	61	36	39	23
Frequentemente	44	67	56	84
Eventualmente	26	54	74	151
Raramente	11	40	89	318
Nunca	3	27	97	750

Elaboração dos autores.

Obs.: Percentual médio: 14% utilizam e 86% não utilizam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o baixo uso das recomendações de IPs no contexto geral dos burocratas federais deva ser mais problematizado, neste estudo buscou-se levantar hipóteses sobre o que levaria ao maior uso dessas fontes informacionais, considerando-se o perfil dos burocratas dos ministérios e o trabalho desempenhado por eles. Ao examinar o perfil daqueles que fazem uso intenso, pode-se identificar que esse grupo tem maior incidência em determinadas áreas de políticas, como as de meio ambiente, ciência e tecnologia, bem-estar social e defesa de direitos; ocupados em atividades relacionais e analíticas; assim como entre aqueles que já atuaram em organizações da sociedade civil e IPs, ou que com elas estabelecem relações.

Reconhecendo as limitações da pesquisa, entende-se que o valor destes achados está especialmente na indicação de caminhos para futuros trabalhos. Os fatores mencionados merecem ser investigados como possíveis indutores ou condicionantes da maior incidência participativa para diferentes tipos de uso, desse modo servindo, em estudos futuros, como ponto de partida para a proposição de modelos explicativos. Outras questões de interesse de uma agenda futura são: como tornar as recomendações de IPs subsídios informacionais também para aqueles burocratas sem experiência prévia ou interlocução

com organizações da sociedade civil e IPs? Seriam os burocratas que exercem funções relacionais e analíticas os principais canais de permeabilidade das deliberações e das contribuições participativas?

Sustenta-se, ainda, ser relevante explorar os achados quanto ao uso das recomendações em contextos menos conhecidos, como o dos burocratas do controle e de infraestrutura, uma vez que diferentes tipos de uso ou mesmo formas de incidência podem ter se configurado nesses espaços.

Por fim, argumenta-se que a utilização desta lente empírico-analítica, voltada a entender a influência participativa na conformação da inteligência coletiva sobre e para as políticas públicas, é útil, operacionalizável e relevante para o acompanhamento contínuo das contribuições das experiências participativas. Tal iniciativa se faz ainda mais necessária no atual contexto de desmonte de suas instituições.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N. (Ed.). **Ativismo institucional**: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora UnB, 2021. 356 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786558461593>>.
- ABERS, R. N.; KECK, M. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, v. 21, n. 52, p. 99-112, 2008.
- ALENCAR, J. L. O. *et al.* **Conselhos nacionais**: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Ipea, 2014. (Relatório de Pesquisa).
- ALENCAR, J. L. O.; RIBEIRO, U. C. O decreto sobre a participação social no governo federal e a “polêmica bendita”. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 6, 2014.
- ALMEIDA, C. O marco discursivo da “participação solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. *In*: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- AMARA, N.; OUIOMET, M.; LANDRY, R. New evidence on instrumental, conceptual, and symbolic utilization of university research in government agencies. **Science Communication**, v. 26, n. 1, p. 75-106, Sept. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1075547004267491>>.
- AVELINO, D. P. de; SANTOS, J. C. Controle social e transversalidades: sinais de participação no planejamento governamental brasileiro. *In*: CARDOSO JUNIOR, J. C.; SANTOS, E. A. V. (Org.). **PPA 2012-2015**: experimentalismo institucional e resistência burocrática. Brasília: Ipea, 2015, p. 207-231.
- AVELINO, D. P. de; ALENCAR, J. L. O.; COSTA, C. **Colegiados nacionais de políticas públicas em contexto de mudanças**: equipes de apoio e estratégias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- AVRITZER, L. **Conferências nacionais**: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1739).

BARROS, M. S. R. Controle democrático e democratização: o desmonte dos mecanismos institucionais. *In*: GHIRALDELLI, R.; NEVES, A. V. (Ed.). **Trabalho, democracia e participação no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2022.

COLEBATCH, H. K. What work makes policy? **Policy Sciences**, v. 39, n. 4, p. 309-321, Jan. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11077-006-9025-4>>.

COLEBATCH, H. K.; HOPPE, R.; NOORDEGRAAF, M. **Working for policy**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

CRUXÊN, I. *et al.* **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. Brasília: Ipea, 2013. 73 p. (Relatório de Pesquisa).

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Capacidades estatais para produção de políticas públicas: resultados do survey sobre serviço civil no Brasil**. Brasília: Enap, 2018. (Cadernos Enap, n. 56).

FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. The argumentative turn in public policy revisited: twenty years later. **Critical Policy Studies**, v. 7, n. 4, p. 425-433, 2013.

FONSECA, I. F. da *et al.* A trajetória da participação social no governo federal: uma leitura a partir da produção bibliográfica do Ipea (2010-2020). **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 29, p. 89-96, jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.38116/bapi29art9>>.

FONSECA, I. F. da *et al.* Instituições participativas e evidências híbridas: deliberação, relações fecundas e ecologia de saberes. *In*: KOGA, N. M. *et al.* **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: Ipea, 2022.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Audiências públicas no âmbito do governo federal: análise preliminar e bases para avaliação**. Brasília: Ipea, 2012. (Relatório de Pesquisa).

KOGA, N. M. *et al.* **O que informa as políticas públicas federais: o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2619).

LANDEMORE, H. **Democratic reason: politics, collective intelligence, and the rule of the many**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

MOUFFE, C. Democracy revisited: in conversation with Chantal Mouffe. *In*: MIESSEN, M. **The nightmare of participation: crossbench praxis as a mode of criticality**. Berlin: Sternberg Press, 2010.

NEVES, A. V. Ativismo e participação da sociedade civil no Brasil: destruição das instituições participativas e ameaças à democracia? *In*: GHIRALDELLI, R.; NEVES, A. V. (Ed.). **Trabalho, democracia e participação no Brasil**. Brasília: UnB, 2022.

OLIVEIRA, M. S. C. **Por uma construção democrática do direito à saúde: a Constituição Federal, os instrumentos de participação social e a experiência do Conselho Nacional de Saúde**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PALLET, H. The new evidence-based policy: public participation between “hard evidence” and democracy in practice. **Evidence and Policy: a Journal of Research, Debate and Practice**, v. 16, n. 2, p. 209-227, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ATwkuS>>. Acesso em: 24 set. 2021.

PIRES, R.; VAZ, A. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das interfaces socioestatais no governo federal. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1707).

SILVA, E. R. A. **Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas:** reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J. M.; LOBATO, L. Policy analysis in Brazil: the state of the art, *In: _____*. (Ed.). **Policy analysis in Brazil**. Bristol: Policy Press, 2013. p. 1-10. Disponível em: <<https://doi.org/10.1332/policypress/9781447306849.003.0001>>.

WEISS, C. H. The many meanings of research utilization. **Public Administration Review**, v. 39, n. 5, p. 426-431, 2014.